

Organização: Em Busca de uma Definição e sua Funcionalidade

Organization: Looking for a Definition and its Functionality

David Curtinaz Menezes

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: davidcurtinaz@yahoo.com.br | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3232-5697>

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 9, n. 2, p. 153-164, Julho-Dezembro, 2019 - ISSN 2237-7956

[Recebido: Dezembro 03, 2018; Aprovado: Junho 06, 2019; Publicado: Dezembro 20, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2019.v9i2.3097>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora-chefe: Giana de Vargas Mores

Editor Técnico: Wanduir R. Sausen

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

Este estudo constitui-se em um ensaio teórico que objetiva analisar o significado da organização e a sua funcionalidade segundo teorias organizacionais. Para tanto, foram analisados artigos clássicos sobre tais teorias, os quais constam em planos de ensino da disciplina Teorias Organizacionais ministrada em cursos de Administração no Brasil. A partir de uma perspectiva multiteórica, sugere-se uma agenda de pesquisa que defenda o uso dessa perspectiva na análise do fenômeno organizacional.

Palavras-chave: Funções da Organização, Teorias Organizacionais

Abstract

This paper is a theoretical essay that aims to analyze the meaning of organization and its functionality according to organizational theories. Therefore, we analyzed the classical articles, which are included in the teaching plans of Organizational Theories subject taught in Business Administration courses in Brazil. From a multitheoretical perspective, a research agenda suggests the use of this perspective in the analysis of the organizational phenomenon.

Keywords: Organizational Functions, Organizational Theories

1 Introdução

O estudo das teorias organizacionais constitui disciplina obrigatória em cursos de graduação e pós-graduação em Administração no Brasil, que busca discutir as principais teorias organizacionais. Um tema central que permeia o uso dessas teorias nos cursos de Administração diz respeito às contribuições delas para o estudo das organizações. Nesse sentido, vale ressaltar que o estudo das referidas teorias é importante para executivos das organizações, pois fornecem referência teórica sobre o comportamento organizacional, o que facilita a compreensão daqueles que atuam em tais organizações, bem como ajudam a construir a prática organizacional (Pivetta, Campos, & Scherer, 2018).

O objetivo do presente ensaio teórico é analisar o significado da organização e a sua funcionalidade segundo teorias organizacionais. Esta pesquisa buscou a elaboração de um ensaio teórico, pois o referido ensaio constitui uma forma de análise do objeto de estudo que permite a incubação de novos conhecimentos, os quais contribuirão para a compreensão da realidade sob um novo enfoque (Meneghetti, 2011). Além disso, o ensaio permite aprofundar a análise de uma temática com base em articulações teóricas, de acordo com Anese, Costa e Rosseto (2018).

Nesse contexto, a partir da análise de artigos clássicos, que usualmente constam no plano de ensino da disciplina Teorias Organizacionais, propõe-se uma nova definição de organização a qual busca contemplar os diversos aspectos ressaltados por teorias organizacionais.

2 Aspectos Teóricos

As transformações sociais, econômicas e políticas afetam a vida das organizações que buscam otimizar seus processos internos e externos de modo a se manterem competitivas ou, no limite, vivas. A análise de tais aspectos constitui o objeto de estudo das teorias organizacionais.

Deve-se ressaltar que, inicialmente, apenas os aspectos internos à organização foram objeto de análise da teoria organizacional. Para os teóricos da escola clássica, importava compreender os fatores internos, como a racionalização do trabalho (Pivetta, Campos, & Scherer, 2018). Isso porque esses fatores contribuía para o alcance de uma maior eficiência. Dessa forma, os teóricos dessa escola pareciam desconsiderar a relação da organização com o ambiente externo (Prim, Stadnick, Cunha, & Coelho, 2008).

Embora a teoria clássica tenha aportado uma contribuição para a compreensão do fenômeno organizacional, ela foi considerada limitada e por isso precisou ser complementada pelas teorias associadas com a visão da organização como um sistema aberto que interage com ambiente externo. Nesse sentido, por exemplo, a teoria da

dependência de recursos salienta que a organização lida com pressões e demandas externas, como também pode adotar ações que visam reconfigurar elementos do ambiente externo com vistas a sua sobrevivência ou crescimento (Pfeffer & Salancik, 2003).

Outros exemplos dessa interação decorrem das teorias contingencial e institucional. A primeira sustenta que as características dos ambientes externos condicionam as características organizacionais. A segunda ressalta que não são apenas as questões técnicas e financeiras que influenciam o funcionamento e o desempenho organizacional, mas, sobretudo, os fatores sociais e culturais que integram o denominado ambiente institucional. Essas interações servem para ilustrar o fato de que o fenômeno organizacional deve ser estudado por meio do uso de múltiplas teorias.

2.1 Organização: Conceito e Funcionalidade

Na literatura, é possível encontrar conceitos sobre organização, como o de que a organização é um sistema de coordenação de atividades de duas ou mais pessoas que atuam com o intuito de atingir objetivos comuns (Barnard, 1979), e o fazem por meio da alocação de funções e de responsabilidades (Selznick, 1948). Essa perspectiva cooperativa é consistente com as teorias econômicas da organização, como a teoria da agência (Eisenhardt, 1989) e a teoria dos custos de transação (TCT).

Em relação à TCT, os teóricos dessa corrente parecem considerá-la como sendo um arranjo usado para minimizar custos de transação (custos decorrentes da negociação dos termos do contrato e da sua execução). Isso porque aborda conhecimentos econômicos e aspectos da teoria organizacional sob a ótica de normas contratuais (Williamson, 1979). O pressuposto dessa teoria é o de que as transações comerciais podem ser feitas de duas formas: mercado ou organização (Eisenhardt, 1989).

Nesse sentido, Barney e Hesterly (1997, p. 115) afirmam que a organização existe porque, “em algumas situações, o custo para realizar uma transação por meio do mercado é maior do que o custo realizar tal troca no ambiente interno à firma”. De acordo com Williamson (1979), tal comparação dependerá da frequência da transação (recorrente ou ocasional) e da característica do investimento (específico, não específico ou misto).

A TCT vê a organização como um mecanismo de governança, que serve para gerenciar transações nas quais os agentes econômicos podem atuar de forma oportunista e não têm meios para prever todos os resultados possíveis dessa relação contratual, em função da racionalidade limitada ou da assimetria de informação entre as partes (Williamson, 1979). Embora a TCT seja útil para explicar a funcionalidade da organização, ela não analisa os conflitos entre os membros que a compõem (Barney & Hesterly, 1997).

Essa lacuna é o objeto da análise da teoria da agência que apresenta pressupostos semelhantes aos da TCT, como oportunismo, racionalidade limitada e assimetria de

informação (Eisenhardt, 1989). A referida teoria estuda a relação de agência (uma parte em uma transação - principal - delega a outra - agente - poder para agir em seu nome) buscando compreender causas e consequências para organização da divergência de objetivos entre tais partes (Barney & Hesterly, 1997), sinalizando soluções que possam contribuir para a convergência de interesses.

A unidade de análise dessa teoria é o contrato (celebrado entre principal e agente) sendo a determinação do contrato ótimo o foco da teoria. A teoria visa identificar situações em que esses atores podem ter objetivos conflitantes bem como descreve os mecanismos de governança que limitam o comportamento oportunista do agente. Um exemplo de tais mecanismos é o monitoramento por meio do uso de sistema de informação (Eisenhardt, 1989).

Sob essa perspectiva teórica, a organização parece servir para gerenciar os conflitos entre agente e principal (problema de agência). Fazendo uma analogia com a TCT, pode-se afirmar que tal gerenciamento, se realizado de forma inadequada, gera custos de transação que podem inviabilizar a opção de usar a organização como meio de realizar a transação (Barney & Hesterly, 1997).

Diante do exposto, a organização, segundo a teoria da agência, parece ser “um processo de produção que envolve uma variedade de *stakeholders*” (Heracleous & Lan, 2012, p. 224), sendo incluídos o agente e o principal, cujo esforço cooperativo está associado a um nexos de relações contratuais (Jensen & Meckling, 1976).

A TCT e a teoria da agência permitem compreender o motivo da existência da firma, mas não explicam a razão do desempenho heterogêneo entre elas (Barney & Hesterly, 1997). Isso é o objeto da teoria da firma baseada em recursos (TFBR). Segundo essa abordagem teórica, o desempenho diferenciado de uma firma decorre da habilidade dela em ter acesso e controlar recursos produtivos valiosos que permitam a implementação de estratégias para a obtenção de vantagem competitiva (Barney, 1991).

Nesse sentido, a organização é uma entidade que “busca, avalia e adquire recursos necessários para implementar estratégias” (Leiblein, 2011, p. 918), que “melhoram sua eficiência e efetividade” (Barney, 1991, p. 101). Essa perspectiva teórica parece demonstrar que a organização é o *locus* em que a gestão dos recursos proporciona a obtenção de vantagem competitiva. Esses recursos incluem os ativos, capacidades, processos organizacionais, informações e conhecimentos controlados pelas firmas. Para serem considerados valiosos, os recursos devem ser raros (não disponíveis para um número grande de firmas), não replicáveis (outras firmas não podem obtê-los) e sem substitutos, ou seja, não é possível usar outro recurso para implementar a mesma estratégia, obtendo o mesmo resultado (Barney, 1991).

Essa abordagem de análise da organização parece ser convergente com o fato de que a organização pode ser vista como um “sistema de relacionamentos que define a disponibilidade de recursos escassos em que tais recursos são manipulados em termos

de eficiência e efetividade” (Selznick, 1948, p. 26). Dessa forma, a TFBR destaca a análise dos aspectos internos à organização como resposta à diferença de desempenho entre as organizações. Entretanto, isso não significa que o ambiente externo não seja importante como, inclusive, demonstra a teoria da dependência de recursos (TDR).

A organização, de acordo com a TDR, é um sistema aberto que depende do ambiente externo (Hillman, Withers, & Collins, 2009), pois a organização necessita realizar transações com outros atores (incluindo outras organizações) de modo a obter os recursos necessários para a sua sobrevivência (Pfeffer & Salancik, 2003). Essa teoria enfatiza a questão da dependência interorganizacional, que é consequência da natureza da organização como um sistema aberto, pois, para se adaptar à incerteza ambiental, a organização precisa gerenciar e controlar recursos de que necessita para alcançar seus objetivos. Oliver (1991) afirma que essa corrente teórica estuda as ações que as organizações podem executar para exercer influência sobre a alocação ou acesso a recursos críticos.

Nesse processo, a organização tanto pode adotar uma postura passiva (busca se adaptar à necessidade dos consumidores) como também uma postura ativa (escolher quais partes do ambiente externo irá atender). Essa relação da organização com ambiente é o processo de *environmental enactment*, o qual se refere à forma como o ambiente influencia as decisões da organização (Pfeffer & Salancik, 2003).

No que tange à sua funcionalidade, a TDR parece entender que a organização serve para organizar as atividades necessárias para lidar com as demandas e pressões externas (Oliver, 1991), como ambiente econômico, regulatório e político. Um exemplo disso pode ser visto na atuação de organizações nacionais em prol da aprovação de normas que criam reservas de mercados ou dificultam a entrada de concorrentes estrangeiros (Pfeffer & Salancik, 2003).

Outra abordagem teórica que analisa os efeitos da interação entre a organização e o ambiente externo é a contingência estrutural (TCE). Essa teoria aborda que a organização responde às mudanças no ambiente por meio de modificações em sua estrutura interna. A TCE ressalta que não há uma estrutura organizacional única que seja efetiva em todas as organizações (Fagundes *et al.*, 2010). Isso porque a estrutura adequada variará de acordo com fatores contingenciais, como estratégia ou tamanho da organização, incerteza em relação às tarefas e à tecnologia (Donaldson, 2006).

Cumprido ressaltar que a contingência envolve aspectos internos e externos à organização. Assim, para ter um bom desempenho, a organização precisa adequar sua estrutura a tais fatores. Em resumo, há uma relação entre contingência, estrutura e desempenho. Autores dessa corrente teórica distinguem a estrutura organizacional em dois tipos a depender da característica do ambiente (estável ou instável) e do seu impacto sobre a incerteza na execução de tarefas organizacionais: orgânica e mecanicista (Burns & Stalker, 1961).

Na primeira situação, há menor centralização e especialização e maior cooperação entre as equipes, o que torna tal estrutura mais adequada quando o ambiente apresenta alto grau de mudança, gerando incerteza na execução das referidas tarefas. Por outro lado, no caso de um ambiente estável, a estrutura mecanicista pode apresentar melhor desempenho, pois as atividades organizacionais são de baixa incerteza e executadas mais eficazmente por meio de maior centralização e especialização (Donaldson, 2006).

A TCE é criticada por não realizar uma análise em nível do ator individual. Nesse sentido, Selznick (1948, p. 32) sustenta que a teoria organizacional deve considerar também os aspectos informais em sua análise, sustentando que a organização é “um sistema cooperativo e uma estrutura social adaptativa composta de interações individuais e de relacionamentos formais e informais”.

Outra abordagem teórica que analisa a interação entre a organização e o ambiente externo é a teoria institucional, essa teoria surge em função de uma revisão do paradigma estrutural-funcionalista, em que foram feitas críticas em razão da ausência de uma visão histórica e da análise dos aspectos políticos e culturais (Carvalho, Vieira, & Lopes, 2009). Nesse sentido, a contribuição institucional reside na demonstração de que o ambiente organizacional é formado por variáveis objetivas (recursos materiais, tecnologia, capital), assim como por um “sistema de crenças e de normas institucionalizadas” (Peci, 2006, p. 3).

A teoria institucional chama atenção para o ambiente em que as organizações atuam, visando analisar como as instituições influenciam a operação das organizações e a forma como elas interagem umas com as outras (Campbell, 2004). Entende-se instituição como o conjunto de regras formais e informais que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais e que são criadas para ordenar e reduzir incertezas nas relações sociais e comerciais (North, 1991). O ambiente de que trata essa teoria, o institucional, diferencia-se do ambiente técnico por considerar aspectos relacionados com a cultura e a legitimidade, e não apenas aspectos associados às transações econômicas (DiMaggio & Powell, 1991).

De acordo com essa perspectiva, a organização está sujeita às pressões do ambiente social, passando por um processo de institucionalização, o qual faz com que as estruturas organizacionais formais sejam um reflexo das regras institucionais, ou seja, as organizações são reflexos da realidade social em que estão inseridas (Peci, 2006). Assim, os autores dessa corrente teórica sustentam que a organização pode ser definida como “um conjunto de mitos racionalizados que permeiam a sociedade na qual a organização faz parte” (Greenwood *et al.*, 2008, p. 7).

Outros conceitos-chave para tal teoria são a legitimidade e o isomorfismo. O primeiro refere-se ao fato de que as ações da organização devem ser reconhecidas como apropriadas tendo em vista o sistema socialmente construído de normas e valores com o qual a organização interage. A legitimidade é utilizada para diferenciar a abordagem da teoria institucional da usada pela teoria da dependência de recursos (Greenwood *et*

al., 2008). O segundo conceito diz respeito ao processo que leva uma organização a se tornar semelhante a outras que enfrentam as mesmas condições ambientais (DiMaggio & Powell, 1991).

O Quadro 1 sintetiza o que parece ser a definição e a funcionalidade da organização de acordo com as teorias organizacionais mencionadas.

Quadro 1. Síntese de elementos teóricos sobre a definição e a funcionalidade da organização

Teoria	Definição de organização	Conceito(s)-chave(s)	Funcionalidade
Custos de transação	Mecanismo de governança para gerenciar transações	Custo de transação	Minimizar custos de transação
Agência	Processo de produção que envolve uma variedade de <i>stakeholders</i> , incluídos o agente e o principal, cujo esforço cooperativo está associado a um nexo de relações contratuais	Relação e problema de agência	Gerenciar conflitos entre agente e principal
Firma baseada em recursos	Entidade que adquire recursos valiosos necessários para implementar estratégia que melhoram sua eficiência e efetividade	Recursos valiosos e vantagem competitiva	Gerenciamento de tais recursos com vistas a obter vantagem competitiva
Dependência de recursos	Sistema aberto que transaciona com o ambiente externo de modo a obter os recursos necessários para sua sobrevivência	<i>Environmental enactment</i> e dependência interorganizacional	Organizar as atividades necessárias para lidar com as pressões e demandas externas, diminuindo incerteza e dependência ambientais
Contingencialismo estrutural	Estrutura forçada a se ajustar a fatores materiais, como tamanho e tecnologia	Fatores contingenciais e relação entre contingência, estrutura e desempenho	Gestão dos fatores contingenciais com vistas a responder a uma demanda externa
Institucional	Conjunto de mitos racionalizados que permeiam a sociedade	Instituição, legitimidade e isomorfismo	Se a organização for também uma instituição, servirá para criar regras que moldarão condutas sociais

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O Quadro 1 permite verificar que os elementos enfatizados pelas diversas teorias não são contraditórios, mas sim complementares, pois, por exemplo, a organização é um processo de produção (sistema de coordenação de atividades), como também um mecanismo de governança.

Dessa forma, os referidos elementos podem ser agrupados no seguinte conceito de organização: é um sistema de coordenação de atividades de duas ou mais pessoas, que transaciona com o ambiente externo, em que são reunidos recursos e capacidades valiosas. Essa estrutura constitui um mecanismo de governança contratualmente estabelecido, podendo criar regras que moldarão as condutas sociais.

No que tange à funcionalidade, pode-se afirmar que a organização é uma entidade multifuncional com vistas a gerenciar os conflitos entre seus *stakeholders*, gerir recursos escassos de forma eficiente e lidar adequadamente com demandas externas, de modo a reduzir os custos de transação e a incrementar a competitividade ou, no limite, garantir sua sobrevivência.

3 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar o significado da organização e a sua funcionalidade segundo teorias organizacionais. A definição e as funcionalidades propostas representam contribuições da pesquisa para o estudo das organizações e denotam a importância acadêmica do trabalho, a partir de uma abordagem multiteórica.

Além disso, o ensaio auxilia pesquisadores a visualizar possíveis articulações teóricas sobre o tema. Também possui importância prática uma vez que as teorias organizacionais fornecem uma referência analítica que facilita a compreensão dos gestores acerca do comportamento e da prática organizacional (Pivetta, Campos, & Scherer, 2018).

A análise da literatura demonstrou que há lacunas de pesquisa. Nesse sentido, as recomendações propostas contêm sugestões para que estudos futuros compreendam uma perspectiva multiteórica. Por exemplo, poder-se-ia utilizar a teoria da agência com teorias complementares tendo em vista que a referida teoria, embora contribua para o estudo das organizações, apresenta uma visão parcial ao não considerar parcela da complexidade das organizações (Eisenhardt, 1989).

Outra possibilidade seria a junção de conceitos-chave de teorias, como: análise do impacto de problemas de agência nos custos de transação; análise da relação entre ambiente institucional e custos de transação tendo em vista que as instituições condicionam as escolhas da organização, sendo determinantes nas transações e custos de produção.

Outra oportunidade diz respeito à recomendação de Pfeffer e Salancik (2003), de que sejam analisadas as dimensões ambientais que afetam a organização. Essa agenda

de pesquisa permite utilizar a TDR e a teoria institucional, tendo em vista que uma das dimensões diz respeito ao ambiente regulatório. Haja vista que as leis podem refletir ações adotadas pela organização para alterar o ambiente externo, poder-se-ia analisar a atuação de entidades empresariais nacionais em prol da alteração do marco regulatório, de modo a criar entraves para concorrentes estrangeiros. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o presente trabalho ao levar em consideração outras teorias organizacionais.

Referências

- Anese, V., Costa, C., & Rosseto, C. R. (2018). As dimensões da capacidade de gestão de stakeholders em instituições sem fins lucrativos: um ensaio teórico. *Revista de Administração IMED*, 8(2), 3-22.
- Barnard, C. I. (1979). *As funções do executivo*. São Paulo: Atlas.
- Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99-120.
- Barney, J., & Hesterly, W. (1997). Organizational economics: understanding the relationship between organizations and economic analysis. In Clegg, S. R., Hardy, C., Nord, W. R. (Eds.). *Handbook of Organization Studies*. London. Sage Publications.
- Burns, T., & Stalker, G. M. (1961). *The management of innovations*. London: Tavistock.
- Carvalho, C. A. P., Vieira, M. M. F., & Lopes, F. D. (1999). Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, p. 1-15.
- Campbell, J. L. (2004). *Institutional change and globalization*. Princeton: Princeton University Press.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Donaldson, L. (2006). Teoria da contingência estrutural. In: Clegg, S., Hardy, C., & Nord, W. (Orgs.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Eisenhardt, K.M. (1989). Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Fagundes, J. A., Petri, M., Lavarda, R. B, Rodrigues, M. R., Lavarda, C. E. F., & Soller, C. C. (2010). Estrutura organizacional e gestão sob a ótica da teoria da contingência. *Gestão & Regionalidade*, 26(8), 52-63.
- Greenwood, R., Oliver, C., Sahlin, K., & Suddaby, R. (2008). *The Sage handbook of organizational institutionalism*. Thousand Oaks: Sage.
- Heracleous, L., & Lan, L. L. (2012). Agency theory, institutional sensitivity, and inductive reasoning: towards a legal perspective. *Journal of Management Studies*, 49(1), 223-239.
- Hillman, A. J., Withers, M. C., & Collins, B. J. (2009). Resource dependence theory: a review. *Journal of Management*, 35(6), 1404-1427.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Leiblein, M. J. (2011). What do resource-and capability-based theories propose? *Journal of Management*, 37(4), 909-932.

- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332.
- North, D. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97-112.
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 16(1), 145-179.
- Peci, A. (2006). A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cadernos Ebape*, 4(1), 1-12.
- Pfeffer, J., & Salancik, G.R. (2003) *The external control of organizations*. Stanford: Stanford University Press.
- Pivetta, N. P., Campos, S. A. P., & Scherer, F. L. (2018). A Influência do modelo weberiano de burocracia na escola clássica, escola de relações humanas e abordagem comportamental. *Revista de Administração IMED*, 8(2), 90-117.
- Prim, C. H., Stadnick, K. T., Cunha, C. J. C. A, & Coelho, C. C. S.R (2008). A teoria das organizações e a evolução do pensamento científico. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1-16.
- Selznick, P. (1948). Foundations of the theory of organization. *American Sociological Association*, 13(1), 25-35.
- Williamson, O. E. (1979). Transaction cost economics: the governance of contractual relations. *The Journal of Law and Economics*, 22(2), 233-261.